



ISSN 2238-118X

# ***CADERNOS CEPEC***

***V. 3 N.12 Dezembro de 2014***

**DINÂMICA URBANA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA: uma análise sobre informalidade do trabalho e da economia do açaí na RMB**

Cleidianne Novais Sousa  
Danilo Araújo Fernandes  
Alan da Silva Cardoso  
Érika de Sousa Kato

**Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**



**CADERNOS CEPEC**

**Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da  
Universidade Federal do Pará**

**Periodicidade Mensal – Volume 3 – N° 12 – Dezembro de 2014**

**Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy**

**Vice Reitor: Horácio Shneider**

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho**

**Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**

**Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel**

**Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias**

**Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Luis Rivero**

**Editores**

**José Raimundo Barreto Trindade**

**Sérgio Luis Rivero**

**Conselho Editorial**

**Armando Souza**

**Marcelo Diniz**

**Ricardo Bruno**

**Francisco Costa**

**José Trindade**

**Danilo Fernandes**

**Gilberto Marques**

**Sérgio Rivero**

**Gisalda Filgueiras**

**Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao  
Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:  
[jrtrindade@uol.com.br](mailto:jrtrindade@uol.com.br)**

**Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>**

## **Cadernos CEPEC**

### ***Missão e Política Editorial***

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

### ***Instruções para submissão de trabalhos***

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65).

Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

## Sumário

Introdução.....	6
1. A RMB na Formação da Rede Urbana de Cidades na Amazônia .....	7
2. Aspectos Histórico-Estruturais ligados ao Funcionamento do Mercado de Trabalho na RMB.....	10
3. Interações entre Dinâmica Agrária Agroextrativista e Economia Informal na RMB .....	14
4. O Setor Informal como Componente Estrutural da Dinâmica Econômica Local.....	16
4.1 Indicadores do Mercado de Trabalho na RMB .....	16
5. A Dinâmica do Mercado dos Batedores Artesanais de Açaí.....	21
5.1 Caracterização e Perfil Socioeconômico dos Produtores Artesanais de Açaí na RMB .....	24
Considerações Finais.....	30
Referências Bibliográficas .....	34

# **DINÂMICA URBANA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA: uma análise sobre informalidade do trabalho e da economia do açaí na RMB**

Cleidianne Novais Sousa<sup>1</sup>  
Danilo Araújo Fernandes<sup>2</sup>  
Alan da Silva Cardoso<sup>3</sup>  
Érika de Sousa Kato<sup>4</sup>

## **Resumo**

Neste trabalho, buscamos identificar como a informalidade estrutural da economia e do mercado de trabalho regionais está atrelada a aspectos histórico-estruturais da formação socioeconômica da região e analisar a relação entre a base agroextrativista e a formação do setor informal da economia metropolitana de Belém, dando destaque aos batedores de açaí a partir dos resultados da pesquisa de campo na Região Metropolitana de Belém. Nesse sentido, além da introdução, a análise que se segue será dividida em cinco seções. Na primeira seção, fazemos uma discussão teórica sobre a formação da rede urbana na Amazônia e sua influência na reestruturação da RMB. Na segunda seção, apresentamos os aspectos histórico-estruturais ligados ao funcionamento do mercado de trabalho na RMB. Na terceira seção, discutimos as interações entre dinâmica agrária agroextrativista e economia informal na RMB. Na quarta seção, analisamos o setor informal como componente estrutural da dinâmica local. Na quinta seção, discutimos os resultados da pesquisa de campo sobre o caráter socioeconômico dos batedores e vendedores artesanais de açaí na economia metropolitana de Belém. E, por fim, serão expostas nossas conclusões a respeito da relação entre dinâmica urbana e produção agroextrativista na RMB.

**Palavras-chave:** Informalidade, Região Metropolitana de Belém, Rede Urbana, Batedores Artesanais de Açaí.

## **Abstract**

In this work, we identify how structural informality in the economy and the regional labor market is linked to historical and structural aspects of the socioeconomic formation of the region and analyze the relationship between agro-extractive base and the formation of the informal sector of the metropolitan economy of Bethlehem, giving emphasis on acai scouts from the field of search results in the metropolitan area of Belém. In this sense, besides the introduction, the following analysis will be divided into five sections. In the first section, we make a theoretical discussion on the formation of the urban network in the Amazon and its influence on the restructuring of the RMB. In the second section, we present the historical and structural aspects of the functioning of the labor market in RMB. In the third section, we discuss the interactions between land dynamic agro-extractive and informal economy in RMB. In the fourth section, we analyze the informal sector as a structural component of the local dynamics. In the fifth section, we discuss the field of search results on the socioeconomic character of scouts and handmade acai sellers in the metropolitan economy of Bethlehem. And finally, will expose our conclusions about the relationship between urban dynamics and agro-extractive production in RMB.

**Keywords:** Informality, Metropolitan Region of Belém, Urban Network, Scouts Handcrafted Açaí.

---

<sup>1</sup> Professora da FACECON/ICSA-UFPA.

<sup>2</sup> Professor da FACECON;PPGEconomia/ICSA e NAEA-UFPA.

<sup>3</sup> Mestrando PPGE/ICSA-UFPA.

<sup>4</sup> Graduanda FACECON/ICSA-UFPA e Bolsista PIBIC/CNPq.

## Introdução

A Região Metropolitana de Belém (RMB) apresenta especificidades próprias de sua função como metrópole regional na Amazônia. Aspectos ligados à migração campocidade e o papel histórico da cidade como nó central de uma rede dendrítica (Corrêa, 1997) – aonde a mesma cumpria o papel de cidade primaz ou centralidade estratégica enquanto *player* exportador responsável pela integração econômica de boa parte da região amazônica ao mercado nacional e internacional de produtos primários – transformou a região e seu entorno em um dos principais mercados estruturadores da dinâmica econômica regional.

Na RMB, a forte rede de relações mercantis, fluviais e de mercado informal que sustentam as relações de comércio da cidade com o interior, desde o período colonial, é transformada a partir dos anos 1970, quando uma grande quantidade de migrantes oriundos de regiões como o Baixo Tocantins e Bragantina se dirigem à área metropolitana em busca de melhores condições de vida, tanto de trabalho como de renda individual, e condições de oferta de infraestrutura de serviços públicos (MITSCHIN, 1989). Neste contexto, à dimensão complexa da cidade primaz em sua relação histórica com o interior da Amazônia, Belém acumula, a partir da década de 1980, papel central também como destino de migrantes em busca de oportunidades de trabalho e melhoria nas condições de vida, oriundos do próprio interior do Estado do Pará.

Alimentada a partir de uma diversidade de pequenos núcleos urbanos dentro do vasto território amazônico, a RMB transformou-se ao longo de séculos, portanto, num espaço de forte diversidade de atividades econômicas no ramo do comércio e dos serviços. Seu mercado de trabalho apresenta ainda hoje especificidades que advém exatamente desse seu papel como núcleo mercantil com alto grau de informalidade na sua relação com as cidades do interior. Característica esta que tem se intensificado a partir da década de 1980 e 1990, com a reestruturação produtiva que ampliou as redes de fornecedores e deslocou em boa parte o pequeno parque industrial da cidade para as cercanias, configurando a extensão territorial a que hoje chamamos Região Metropolitana de Belém.

Ao se aproximar o início dos anos 2000, a RMB mantém entre suas principais características a sua condição de região em que a informalidade na ocupação da mão de obra alcança níveis muito significativos. Do ponto de vista do mercado formal de trabalho, observa-se a predominância do setor terciário, assim como a grande importância dos empregos ligados ao serviço público.

É tendo em vista estas características gerais que buscaremos identificar, neste artigo, como a “informalidade” estrutural da economia e do mercado de trabalho regionais está atrelada a aspectos histórico-estruturais da formação socioeconômica da região e analisar a relação entre a base agroextrativista e a formação do “setor informal” da economia metropolitana de Belém, dando destaque ao mercado de batedores de açaí. Nossa proposta é desenvolver uma discussão sobre a natureza e as especificidades do perfil do mercado de trabalho e da estrutura econômica da RMB, tendo em vista a forte presença em seu território de atividades e níveis de ocupação da mão de obra ligados basicamente a setores informais e de serviços com estreita ligação com a economia de atividades rurais agroextrativistas do interior do Estado.

Em geral, muito pouco conhecimento tem se constituído sobre a dinâmica dos mercados urbanos que se alimentam da dinâmica agroextrativista de uma base produtiva baseada em produtos florestais não madeireiros e em produtos tradicionalmente relacionados a uma economia de base camponesa ou de pequenos produtores que se localizam nas cercanias da RMB e regiões próximas. Nesse sentido, buscaremos

analisar as características do “setor informal” da economia metropolitana de Belém e suas relações com a dinâmica do mercado de produção de açaí nas regiões ribeirinhas próximas à RMB a partir dos resultados da pesquisa de campo sobre a dinâmica do mercado de batedores de açaí na Região Metropolitana de Belém.

## **1. A RMB na Formação da Rede Urbana de Cidades na Amazônia**

Após a década de 1960, o processo de desenvolvimento da fronteira urbana na Amazônia passa a guardar uma estreita relação com a dinâmica de intervenção estatal sobre o espaço regional. De um modo geral, afirma-se que a atuação estatal neste sentido seria a principal responsável pela elaboração de um conjunto de políticas voltadas para o controle da terra, a migração induzida e o incentivo a grandes empreendimentos (PEREIRA, 2006; BECKER, 1990). Como um todo, o saldo final destas medidas acabaria resultando, entre outras coisas, no crescimento e concentração de atividades nas capitais dos Estados amazônicos, com destaque para a formação das regiões metropolitanas de Belém e Manaus.

De acordo com Corrêa (1987), é no período posterior à década de 1960 que se inicia uma mudança significativa na formação da rede urbana tradicional na Amazônia. Esta mudança, segundo o autor, estaria associada ao novo papel que a região passa a assumir na nova divisão territorial do trabalho, com sua incorporação definitiva ao processo geral de expansão capitalista no país (PEREIRA, 2006; CORRÊA, 1987).

Para Corrêa (1987), o padrão anterior, consolidado desde o período colonial, era caracterizado por um tipo de formação da rede urbana que ficaria conhecida como rede dendrítica, na qual o papel de cidades como Belém e Manaus, como centros exportadores (cidades primaz), era tido como central na estruturação da rede urbana em uma relação direta destas cidades com uma teia de pequenas localizações ou núcleos dendriticamente articulados com o intuito de “viabilizar a extração de um excedente que, no plano regional, garantia o poder econômico e político mercantil de uma elite localizada em Manaus e, sobretudo, Belém” (CORRÊA, 1987, p. 52).

Da teia de relações dendríticas, a rede urbana era organizada comercialmente e militarmente, segundo Corrêa (1987), tendo em vista a conquista e defesa de um determinado território, a partir do qual a considerada cidade primaz assegurava uma posição estratégica na garantia da participação da região na divisão territorial e internacional do trabalho (PEREIRA, 2006, p. 29). Como saldo, formou-se, durante todo o período colonial, e se estendendo até meados do século XX, uma rede de cidades na Amazônia com a característica de um número excessivo de pequenos núcleos e a ausência de centros urbanos intermediários.

De acordo com Becker (2005), a incorporação da região amazônica no processo de expansão do capitalismo no Brasil ocorreu sob a justificativa equivocada de que o tão desejado desenvolvimento econômico do território amazônida seria resultado consecutivo da elevação do produto interno, o qual seria gerado pelas atividades que se instalavam com os grandes projetos a partir do planejamento governamental brasileiro. Segundo a autora, isso provocou um antagonismo entre os interesses da população local diretamente afetada e os demais personagens sociais envolvidos: Estado, capital nacional e capital internacional.

Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando

a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores [...]. (BECKER, 2005, p. 72)

Becker (2013) atribui à geopolítica do governo militar o período de intensa transformação da rede urbana tradicional na Amazônia descrito por Corrêa (1987). Ela defende que a integração econômica do território amazônico ao restante do espaço nacional atendeu a interesses que não eram os da população local. Na visão da autora, havia uma estratégia explícita de favorecimento à acumulação do capital que submeteu a Amazônia à condição de fronteira de recursos, a qual perpassava pela colaboração do Estado brasileiro que promoveu a atração de empresas oferecendo incentivos fiscais e linhas de crédito a juros reduzidos.

Becker (2013) ainda descreve a implantação da infraestrutura que viabilizava a alocação desses empreendimentos na região como um benefício oferecido pelo governo à burguesia nacional e internacional, para a incorporação da Amazônia à dinâmica de reprodução do capital, sob a justificativa da necessidade de integração do território brasileiro. A urbe amazônica é reconfigurada nesse período, desde a expansão dos antigos núcleos regionais até a eclosão de novas cidades e povoados ao longo dos emergentes eixos de circulação. Esses dois movimentos foram marcados por uma grande instabilidade e conflitos sociais.

Além disso, segundo Becker (2013) a indução da imigração de trabalhadores de outras regiões para a Amazônia, promovida pelo Estado com o intuito de criar um volume de mão de obra compatível com os investimentos do capital, significou um processo de profunda reorganização do mercado de trabalho local. A questão no cerne do debate feito por Becker (2013) refere-se ao porquê as atividades produtivas desempenhadas pelos núcleos populacionais da Amazônia não foram capazes de, ao longo da formação histórica da economia da região, promover o desenvolvimento das redes dendríticas relatadas por Corrêa (1987) em sua periodização da urbe amazônica.

A autora afirma que o elemento fundamental para essa explicação pode ser encontrado nos surtos econômicos ao qual a Amazônia esteve vinculada, desde as drogas do sertão até a borracha, o cacau e etc. Ao atender às demandas externas por esses produtos, a economia regional não foi capaz de introduzir uma nova divisão social do trabalho que ensejasse um dinamismo eficaz para a superação da condição de subdesenvolvimento.

Com efeito, a utilização de mão de obra indígena escravizada pelos jesuítas para a coleta de especiarias, e posteriormente, o sistema de aviação utilizados no ciclo da borracha (e outros momentos de euforia), eram as relações de produção existentes durante as atividades extrativistas voltadas para exportação, as quais foram concebidas segundo a exploração da força de trabalho, e portanto, não propiciaram a distribuição de uma renda monetária sob a forma de salários, adequada para a constituição de um mercado consumidor interno robusto na Amazônia, impossibilitando a continuidade de outras formas de empreendimento que pudessem criar uma dinâmica própria da região.

Um ponto importante nesse cenário diz respeito à ausência nesses períodos de um processo de substituição de importações na economia amazônica. Sem uma nova organização das atividades produtivas na região e o fortalecimento das relações entre os diferentes núcleos populacionais que compõe a urbe amazônica, esse território permaneceu subordinado às estruturas hegemônicas na hierarquia nacional, em uma idiosincrasia equivalente à dualidade verificada na teoria centro-periferia da escola cepalina. Para Becker (2013), uma efetiva substituição de importações representaria a declaração de autonomia econômica da região.



Historicamente, a economia dos núcleos foi dominada pelo monopólio econômico e pelo poder político das grandes cidades da economia-mundo. Tal dominação constitui um obstáculo à geração de trabalho novo em outros lugares, influenciando então no número e na natureza dos surtos baseados essencialmente no comércio. É uma relação centro-periferia, fortemente dependente da demanda externa e de suas oscilações. (BECKER, 2013, p. 39)

A autora atribui também à natureza dos surtos produtivos na Amazônia um elemento explicativo fundamental para a correta percepção sobre a formação histórica da economia da região. Becker (2013) esclarece que, devido à dependência da demanda externa, as interrupções bruscas dos surtos por fatores exógenos eram um fator temporal limitante, o qual inibiu a ascensão e consolidação de novas relações de trabalho baseadas no assalariamento da força de trabalho. Associado à isso estava o advento do progresso tecnológico no capitalismo industrial dos países europeus, que contribuiu para a deterioração dos termos de troca em prejuízo das atividades extrativistas.

Quando consideramos os estudos mais recentes, observamos uma tendência em considerar um profundo processo de reestruturação do papel da RMB na estrutura de redes de cidades na Amazônia no período posterior à década de 1950. De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2001), a cidade de Belém estaria apresentando uma tendência de perda de centralidade enquanto tradicional centro exportador do Estado do Pará e da região Norte do país. Este fenômeno estaria acontecendo, segundo o estudo, na medida em que novos núcleos urbanos em franca expansão – como Palmas e Marabá, por um lado, e Itaituba e Santarém por outro – passariam a exercer funções concorrentes de centralidade, como centros urbanos emergentes e elos nucleadores e formadores de novos subsistemas de cidades cada vez mais importantes em seu papel na constituição de uma rede de cidades cada vez mais complexa na região. Ao mesmo tempo em que estas cidades passam também a exercer, de modo complementar e concorrente, o papel de nós ou elos de integração intermediário da região Norte em relação ao restante do país, diminuindo a importância relativa de Belém na rede de cidades e como elo de integração da região Norte em relação ao Brasil.

Sendo assim, de um antigo centro hegemônico na Amazônia, organizador de uma rede de tipo dendrítica (CORRÊA, 1987), Belém estaria, de acordo com essa interpretação, ainda mantendo um papel de centralidade regional (RIBEIRO, 2001) devido ao seu papel remanescente como centro comercial e prestador de serviços em escala regional. Modalidade e papel que ainda a manteriam em funcionamento como centro urbano importante, mas numa escala e relevância regional considerada de alcance significativamente menor do que em tempos vindouros.

De uma cidade que centralizava todas as ações de articulação do mundo exterior com a rede de cidades do interior da Amazônia, Belém se transforma, no final do século XX, em apenas mais um polo regional estratégico – O “Centro Regional” de Ribeiro (2001) – entre outros, exportador de commodities, fornecedor de serviços e receptor de grandes contingentes populacionais que seriam relativamente mal absorvidos pela estrutura de empregos urbanos da “cidade”, estrutura econômica a qual não conseguiria dar conta, portanto, de responder de maneira adequada aos desafios de uma sociedade crescentemente industrialista e com vocação para a sociedade de consumo e com hábitos de vida considerados como tipicamente urbanos.

É sobre estes aspectos estruturais que procuraremos tratar no próximo item, levando em consideração o processo de reestruturação produtiva que nas três últimas décadas tem impetado desafios considerados por muitos como irreversíveis quando

avaliados por um ponto de vista do funcionamento das sociedades contemporâneas, assim como de seus impactos sobre a vida e o modo de funcionamento das cidades do século XXI.

## **2. Aspectos Histórico-Estruturais ligados ao Funcionamento do Mercado de Trabalho na RMB**

Quando iniciamos uma avaliação mais específica sobre as condições conjunturais e econômicas que estariam condicionando, por outro lado, o funcionamento da economia das cidades brasileiras, passamos a levar em consideração alguns aspectos que dizem respeito ao processo de abertura comercial e financeira, no início da década de 1990. Fenômeno que acabou por gerar um cenário de aprofundamento do desequilíbrio estrutural no mercado de trabalho brasileiro, intensificando o nível de informalidade e desemprego devido às dificuldades de adequação da mão de obra disponível às novas exigências do mercado de trabalho globalizado. A crise da indústria brasileira e as dificuldades das pequenas empresas informais em permanecer no mercado, forçaram, neste contexto, um processo de aumento do desemprego, da desigualdade de renda e da informalidade da ocupação da mão de obra nas regiões metropolitanas no país (ARBACHE, 2001, 2002, 2003).

Com o processo de abertura comercial, as empresas nacionais são obrigadas, neste contexto, a competir em padrões globais, passando a exigir da mão de obra empregada características e habilidades num perfil bem acima das possibilidades de qualificação do trabalhador médio brasileiro. Por outro lado, apesar das dificuldades, as empresas e regiões que conseguiram se inserir nos novos mercados competitivos se beneficiaram do processo de globalização e aumentaram o fosso da desigualdade regional e de renda no país.

Como um todo, no entanto, contrariamente ao que se observou em relação aos tigres asiáticos, a experiência brasileira de abertura comercial não gerou um processo virtuoso de crescimento econômico e desenvolvimento dos mercados em que os pobres estavam inseridos (ARBACHE, 2003). Como afirma Arbache (2003), os resultados empíricos são quase inequívocos em demonstrar que a situação relativa dos pobres (e menos qualificados), piorou no período pós-reformas liberalizantes no Brasil. O tão anunciado e esperado choque de produtividade gerado pela abertura dos mercados na década de 1990 não foi capaz de atingir, por esse ponto de vista, os mercados nos quais as populações mais pobres do país estavam inseridas (MAIA, 2001; CARNEIRO e ARBACHE, 2003; ARBACHE, 2003). E por isso, junto a esse movimento teria ocorrido um processo de aprofundamento dos níveis de desigualdade de renda no Brasil.

De acordo com estudo desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), publicado em 2003, a tendência no mercado de trabalho tem sido o crescimento desde 1999 tanto do emprego formal como informal no Brasil. No caso das regiões metropolitanas, o estudo aponta que a informalidade tem aumentado como resultado do processo de mudança nas relações trabalhistas que tem favorecido o surgimento de novas formas de ocupação. Neste caso, o crescimento da informalidade estaria associado não mais apenas às dificuldades do mercado formal em absorver um contingente de mão de obra oriunda da migração campo-cidade apenas. O estudo aponta ainda que houve, a partir de 1999, uma perda de importância relativa da indústria de transformação em detrimento do setor de serviços, tanto do ponto de vista do emprego formal como informal. Em geral, observa-se também um crescimento maior do volume de emprego formal (com carteira assinada) em áreas não metropolitanas, enquanto que nas regiões metropolitanas tem crescido o volume de empregos informais.

Como um todo, podemos afirmar que o problema da informalidade tem sido considerado um dos principais problemas urbanos contemporâneos. Em Belém, essa situação não é diferente. No que diz respeito mais especificamente ao funcionamento das atividades econômicas, podemos afirmar que a principal característica da economia da RMB está concentrada nos setores de comércio e serviços, por mais que as atividades industriais tenham demonstrado historicamente alguma melhoria e crescimento nos últimos anos.

Quando analisamos os dados de Produto Interno Bruto (PIB) para a Cidade de Belém, em 1980, por exemplo, observamos que algo em torno de 88% da produção concentrava-se no setor terciário. Os mesmos dados, no entanto, quando avaliados pelo ponto de vista da RMB como um todo, não se diferencia muito, aproximando-se de 87% da produção no mesmo período (RODRIGUES, 1996). Ao analisar a evolução e o desempenho do mercado de trabalho e de sua relação com a evolução do PIB na região metropolitana, Rodrigues (1996) conclui que teria ocorrido entre os anos de 1980 e 1990 uma diminuição na participação relativa do PIB do setor terciário da economia da RMB.

No entanto, isso não teria afetado a participação do mesmo no mercado de trabalho, que continuaria em grande parte concentrado no setor terciário, com algo em torno de 82% dos empregos formais de acordo com os dados do IBGE de 1990. Argumenta Rodrigues (1996), neste sentido, que um dos principais problemas referentes ao nível de empregabilidade industrial da economia metropolitana de Belém estaria relacionado ao alto nível de intensificação de capital vis-à-vis ao volume de emprego gerado pelo setor. O que justificaria o aumento nos níveis de participação no PIB ao mesmo tempo em que se mantém o setor terciário como o principal vetor de empregabilidade da economia.

E nesse ponto é importante chamar atenção para o caráter estrutural do desemprego e das formas de reprodução do processo de exclusão social na RMB (RODRIGUES, 1996; GALVÃO, 1989). Se avaliarmos as condições estruturais que ainda hoje orientam o funcionamento do mercado de trabalho na RMB, observa-se realmente a predominância ainda presente do setor terciário. Por outro lado, entre as principais características estruturais da economia da RMB, estaria a sua condição de região em que o nível de informalidade da mão de obra alcança níveis muito significativos, mesmo se comparados vários períodos de análise. Neste contexto, o debate sobre o papel da informalidade na ocupação e no perfil estrutural das economias urbanas em países subdesenvolvidos, como o Brasil, faz parte de um longo movimento teórico que acrescentou importantes componentes para um debate sobre os problemas estruturais do processo de metropolização da economia brasileira na segunda metade do século XX.

A formação dos problemas estruturais associados à dinâmica do desenvolvimento da economia brasileira durante séculos de história resultaram em especificidades que ainda hoje norteiam a formação do perfil do mercado de trabalho no país. Não é de hoje, portanto, que as abordagens estruturalistas têm buscado chamar a atenção para o perfil específico da economia brasileira, assim como de suas determinações históricas relacionadas ao modo como o lado “moderno” e “atrasado” de sua realidade econômica e social se configuram como compondo um conjunto social e econômico completo e integrado, ao mesmo tempo em que compõe uma realidade estruturalmente diversa e heterogênea em sua unidade.

No que diz respeito mais especificamente aos reflexos dessa condição estrutural específica sobre resultados concretos em termos das condições de geração de emprego e renda para a população brasileira, os estudos de vertentes teóricas estruturalistas da

década de 1970 apontavam o fator “excedente de mão de obra” como o principal elemento impulsionador da formação de uma massa de subempregados ou empregados informais que se aglomerariam em torno dos centros urbanos brasileiros. Expulsos do campo por meio do processo de aceleração da dinâmica de crescimento econômico associada a uma modernização da estrutura agrícola brasileira – a chamada revolução verde – esta camada de empregados ou subempregados informais eram vistos como reflexo dos problemas do modelo de industrialização truncado e crescimento econômico a qualquer custo que se tornou comum em países considerados periféricos ou subdesenvolvidos durante a década de 1970.

De um ponto de vista mais específico, portanto, a interpretação estruturalista vigente à época observava que essa massa de “desempregados estruturais do campo” estava sendo levada a migrar para os centros urbanos os quais passavam a representar uma espécie de “local receptáculo” desse excedente. Configurando um movimento migratório de forte impacto sobre as condições de funcionamento do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. O que parecia evidente, neste contexto, é que estava se formando nas cidades brasileiras um contingente significativo de migrantes os quais estariam se somando aos trabalhadores que não conseguiam colocação nos setores formais urbanos (por falta de qualificação ou qualquer outro fator), assim como àqueles que não queriam submeter-se as novas regras do setor formal em pleno processo de reestruturação produtiva, movimento que tendia a empurrá-los rumo a um modelo de flexibilização da organização produtiva e das condições de trabalho que se tornará hegemônico a partir da década de 1970 com o processo de acumulação flexível que se intensificava no período. De acordo com um conhecido relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1972, as indústrias de muitos países em desenvolvimento não conseguiram gerar empregos suficientes e nem níveis de renda adequados, estimulando a proliferação de inserções precárias de participação na produção e atividades organizadas de forma não tipicamente capitalistas.

Entende-se, a partir dessa perspectiva teórica, que o problema da informalidade é fruto da própria dinâmica capitalista quando analisada à luz de seu desenvolvimento em países atrasados, ou com dinâmica de industrialização retardatária. Conclui-se daí que o processo de industrialização nestes países gera uma dinâmica de desenvolvimento do mercado de trabalho no qual o mesmo não consegue absorver de forma satisfatória o fluxo migratório excedente e a oferta de mão de obra existente nos centros urbanos destes países, gerando com isso uma massa de trabalhadores inicialmente desocupados que acabam por ser absorvidos em atividades urbanas informais e não tipicamente capitalista, com baixa remuneração e nível de produtividade inferior àquelas observadas pelas atividades formais.

Com base nessa perspectiva inicial da OIT, mas de certa forma já em oposição a ela, uma nova corrente teórica ligada à escola da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o chamado Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC), ainda na década de 1970 apresenta uma série de relatórios em que defende que a experiência de industrialização de países subdesenvolvidos tem demonstrado um resultado com um alto nível de crescimento econômico acompanhado de uma baixa capacidade de geração de emprego por parte dos setores industriais e de serviços que estariam introduzindo novos processos de produção poupadores de mão de obra. Logo, o resultado desse cenário foi o crescimento do produto global a um ritmo inferior às necessidades da população, o que acabou por gerar um volume de empregos urbanos insuficientes para uma força de trabalho que parecia aumentar de forma acelerada (TOMAZINI, 2008).

O papel do setor informal nesse contexto seria o de crescer cobrindo os espaços “intersticiais” deixados pelas atividades formais (mais modernas e produtivas), e que, portanto, à medida que a economia se desenvolvesse iriam naturalmente diminuir seu nível de atividade e transformando-se e mantendo-se apenas em pequenos nichos de mercado, onde não houvesse interesse do setor capitalista com maior nível de produtividade.

É tendo em vista a busca por uma caracterização mais precisa do papel exercido ainda hoje pela RMB como centro regional e como região metropolitana com problemas estruturais dos mais diferentes matizes, que o debate sobre a RMB se inicia na década de 1980 e se prolonga pela década de 1990 balizado por esse debate estruturalista que avaliava os problemas do mercado de trabalho na RMB como um problema típico de uma região periférica com um mercado de trabalho em transformação. Uma realidade de economia urbana que apresenta um crescente grau de informalidade em atividades e negócios autônomos e com um perfil de economia muito galgada especificamente em atividades de comércio e serviços (públicos e privados), onde a base da mão de obra empregada concentra-se em atividades terciárias e em ocupações de caráter tipicamente informal (RODRIGUES, 1996; MITSCHHEIN, 1989).

Situação que se aprofunda durante a década de 1990 e nos anos 2000, após contexto nacional de reestruturação produtiva (com a abertura comercial e financeira do país, associado à baixa competitividade das indústrias locais, causando forte desestruturação do mercado de trabalho formal), a RMB apresenta especificidades socioeconômicas e espaciais que a constituem, no início do século XXI, como um dos maiores bolsões de miséria e problemas de moradia e condições de vida urbanas no país.

Com a perda de grande parte de seu papel como foco de centralidade infraestrutural e comercial, e como elo quase único de um fluxo de comércio das cidades do interior do Estado com o mercado nacional e internacional, Belém começa a perder poder e espaço econômico nas últimas décadas, tendo em vista um forte movimento de descentralização produtiva e industrial que ocorre no Estado do Pará. Dinâmica que é acompanhada, como visto anteriormente, por uma mudança de centralidade impulsionada pela nova tendência e modelo de transporte rodoviário que transforma cidades, como Paragominas e Marabá, em importantes centros e intermediários comerciais, que começam a rivalizar com a região metropolitana de Belém.

A economia e a rede de cidades do Estado do Pará, neste contexto, se apresentam no início do século XXI, com um novo padrão de centralidade mais diversa e complexa quando analisadas por um ponto de vista estrutural. Uma forte indústria de mineração associada a uma dinâmica atividade agropecuária de grande porte acabou por representar nas últimas décadas, neste contexto, uma completa desestruturação do modo de vida das populações do interior do Estado, e da região em geral, as quais passaram a se ver em condições de crescente dificuldade em manter seu modo de reprodução social e econômica no campo. Movimentando fortes contingentes migratórios de regiões como Marajó, Baixo Tocantins e Bragantina rumo à RMB. Dinâmica que se mantém, em boa parte, ainda nos dias de hoje.

### **3. Interações entre Dinâmica Agrária Agroextrativista e Economia Informal na RMB**

A RMB apresenta especificidades próprias de sua função como metrópole regional na Amazônia. O papel de centro difusor e receptor de capitais, mão de obra e serviços em escala regional e nacional – num contexto de crescente integração da Amazônia ao mercado global de commodities, insumos e bens industriais – garantem à região papel ainda hoje decisivo como núcleo urbano intermediador no processo de organização e criação de condições de possibilidade para o desenvolvimento da dinâmica de acumulação de capital na Amazônia Oriental Brasileira.

Sendo assim, de um papel histórico como nó dendrítico (cidade primaz) da região, em que a mesma assumia um papel de destaque único na Amazônia (MOREIRA, 1966) – como nó central de integração de uma rede de comércio e serviços que ocorriam entre pequenas cidades no interior da Amazônia e dessas com o centro propulsor e integrador do mercado regional com a dinâmica econômica internacional – Belém passa a sofrer, ao longo da segunda metade do século XX, com a expansão da fronteira agropecuária, assim como com o processo de integração da Amazônia ao restante do território nacional. Um movimento que acaba por estimular a integração da região por meio do desenvolvimento e construção dos chamados eixos de integração nacional (Belém-Brasília, Transamazônica, etc.), assim como pela criação de novos centros urbanos que passam a servir como “base logística” no processo de ocupação da fronteira (BECKER, 1982, 1987; MACHADO, 1982; MITSCHHEIN, 1989).

De uma cidade primaz integrada com o interior da Amazônia por meio de rios, Belém passa a sofrer com a perda de sua centralidade regional na medida em que os novos eixos de integração nacional vão permitindo uma maior articulação e crescimento de cidades médias no interior. Situação que viria a ser fortalecida na medida em que a alternativa de transporte rodoviário passa a ser estimulado a partir da década de 1950, enquanto alternativa em substituição ao transporte fluvial, como principal via de acesso da região aos mercados nacionais de produtos e serviços.

Soma-se a tudo isso a função de receptáculo de mão de obra que é estimulada, entre outras coisas, por um processo de expansão da fronteira agropecuária nacional que – por meio de um alto grau de concentração fundiária e modernização conservadora no campo – acaba por gerar e estimular um grande fluxo de migração do interior do Estado em direção à cidade de Belém. Uma migração que, em grande parte, se deve à tendência de piora nas condições de vida do homem do campo no período, trazendo consigo a inviabilização de tradicionais modos de (re)produção da população cabocla do interior (MITSCHHEIN, 1989).

Nesse contexto, a cidade de Belém chega à década de 1990, ainda sendo considerada como o principal centro urbano da Região Amazônica. Uma condição à qual, no entanto, é acrescida uma nova característica: Belém se torna uma região metropolitana com grande contingente populacional vivendo em condições de moradia e qualidade de vida em geral precárias. Uma especificidade que guarda relação também com os demais problemas relacionados às transformações do perfil do mercado de trabalho e da reestruturação produtiva que atinge de modo geral as condições de vida das populações que vivem também em outras grandes regiões metropolitanas brasileiras, mas que em Belém assumem uma proporção e significado bastante expressivos.

Na Região Metropolitana de Belém, a forte rede de relações mercantis, fluviais e de mercado informal que sustentam as relações de comércio da cidade com o interior, desde o período colonial, é transformada a partir dos anos 1970, quando uma grande quantidade de migrantes oriundos de regiões como o Baixo Tocantins e

Bragantina se dirigem à RMB em busca de melhores condições de vida, tanto de trabalho como de renda individual e condições de oferta de infraestrutura de serviços públicos (MITSCHEIN, 1989, p. 62). Neste contexto, à dimensão complexa da cidade primaz em sua relação histórica com o interior da Amazônia, Belém acumula, a partir da década de 1980, papel central também como destino de migrantes em busca de oportunidades de trabalho e melhoria nas condições de vida, oriundos do próprio interior do Estado do Pará.

Com tudo isso, a Região Metropolitana de Belém se constitui ao longo dos últimos 30 anos como uma região urbana com grandes problemas estruturais de difícil solução à curto prazo. Problemas de mobilidade intraurbana, desemprego estrutural, forte nível de informalidade no mercado de trabalho, baixíssimo nível de infraestrutura de saneamento, etc. transformam a RMB numa das regiões metropolitanas do Brasil que oferece uma das piores condições de vida para a sua população.

Como discutido anteriormente, a economia e a rede de cidades do Estado do Pará assumem um padrão muito mais complexo do ponto de vista estrutural na passagem do século XIX para o século XX. Com a forte industrialização na área de mineração associada a uma dinâmica atividade agropecuária de grande porte, que se verifica nas últimas décadas do século passado, o modo de vida das populações do interior do Estado e da região como um todo foi completamente desestruturado, levando à fragilização do modo de reprodução social e econômica no campo.

Tais transformações foram suficientes para dar impulso a um intenso movimento migratório das populações oriundas das regiões como Marajó, Baixo Tocantins e Bragantina em direção à RMB (MITSCHEIN, 1989). Este fluxo migratório da população ribeirinha, habituada à várzea e ao manejo do açaí, para o centro metropolitano de Belém se mantém até os dias de hoje é de importância fundamental para se entender a instalação de pequenos empreendimentos de produção artesanal de polpa de frutas e, em especial, de polpa de açaí.

Estas famílias que migraram do interior do Estado para a área metropolitana de Belém vieram impulsionadas pela busca de modos de vida de maior qualidade e de formas de aquisição de uma renda capaz de atender à subsistência cotidiana e à manutenção dos seus membros, trouxeram consigo uma cultura própria, na qual se destaca a presença do vinho de açaí na alimentação básica desta população.

O fato de muitos pontos de produção artesanal e venda de polpa de açaí serem assinalados por relações de trabalho familiares e não assalariadas está profundamente enraizado nesse processo imigratório da população ribeirinha para RMB. Uma vez que o conhecimento do manuseio do fruto está arraigado no seio destas famílias e há a urgência de se conseguir uma alternativa de reprodução socioeconômica da família, a produção artesanal em escala familiar de polpa de açaí acaba por ser revelar uma solução viável para o ganho de uma renda que venha a fomentar a sobrevivência das famílias.

Portanto, a profusão de vendedores tradicionais de açaí, em especial, nos bairros e áreas periféricas da RMB, é uma decorrência direta deste processo migratório, fruto da nova significação dada à economia regional, a partir dos anos de 1960, que empurra essa massa de trabalhadores rurais para a área urbana, transformando o contexto espacial e econômico do Estado do Pará e conduzindo esta população a condições de vulnerabilidade social e emprego da sua força de trabalho em ocupações “informais”. Na sequência, passaremos a analisar os dados sobre o mercado de trabalho na RMB, como também os resultados da pesquisa de campo sobre o caráter socioeconômico dos batedores e vendedores artesanais de açaí na economia metropolitana de Belém.

## 4. O Setor Informal como Componente Estrutural da Dinâmica Econômica Local

O debate sobre o mercado de trabalho na RMB se inicia na década de 1980 fundamentado teoricamente, em grande parte, no debate estruturalista, segundo o qual os problemas do mercado de trabalho na área metropolitana de Belém eram típicos de uma região periférica com um mercado de trabalho em transformação. Uma realidade de economia urbana que apresenta um crescente grau de informalidade em atividades e negócios autônomos e com um perfil de economia muito galgada especificamente em atividades de comércio e serviços (públicos e privados), onde a base da mão de obra empregada concentrava-se em atividades terciárias e em ocupações de caráter tipicamente informal (RODRIGUES, 1996; MITSCHHEIN, 1989).

Tal situação teria se aprofundado, segundo boa parte dos autores envolvidos no debate da época, durante a década de 1990, com o advento da reestruturação produtiva em âmbito nacional (já analisada anteriormente), o que viria a repercutir com o processo de abertura comercial e financeira do país, associado à baixa competitividade das indústrias locais, causando forte desestruturação do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, levantamos alguns indicadores de trabalho e ocupação na RMB, apresentados na sequência, a fim de observar o comportamento da informalidade na economia metropolitana de Belém e de verificar se esse mercado de trabalho segue como expressão de uma economia periférica.

### 4.1 Indicadores do Mercado de Trabalho na RMB

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 01, em 1992, a taxa de participação<sup>5</sup>, ou seja o percentual de indivíduos que estavam procurando trabalho ou ocupados efetivamente em relação ao total da população em idade ativa na região metropolitana, foi 56,2%, sendo que, em 2002, essa taxa de participação sobe para 57,9% e, em 2013, cai para 55,1%. Por outro lado, em 1992, o nível de ocupação<sup>6</sup> foi de 87,4% sendo que, em 2002, do total da população economicamente ativa na RMB, 82,7% estava efetivamente trabalhando e, em 2013, volta para o mesmo patamar verificado no início da série, 87,5%. Os dados da PNAD revelam, inclusive, que, quanto à taxa de desemprego<sup>7</sup> na RMB, desde a década de 1990 ela tem variado na faixa de 9% e 12,5%, sendo esta última a taxa para o ano de 2013 (ver Gráfico 01). Portanto, estes dados revelam que, a partir da década de 2000, há um tímido aumento na força de trabalho da RMB e uma certa estabilidade tanto na taxa de desemprego, quanto no nível de ocupação.

---

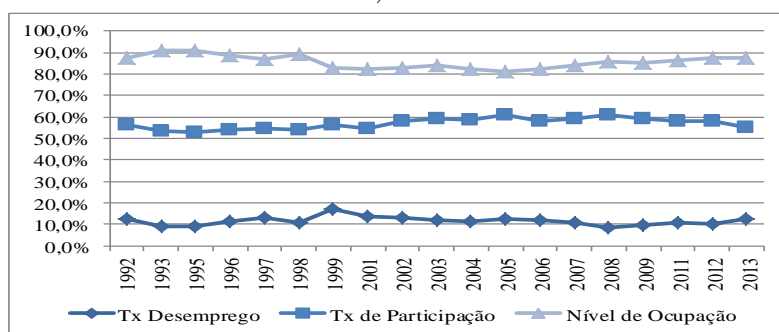
<sup>5</sup> Indica a parcela da população em idade ativa (PIA), com 10 anos ou mais de idade, que está efetivamente trabalhando ou ao menos ofertando sua força de trabalho no mercado, ou seja, que se encontra como população economicamente ativa (PEA), cuja fórmula é:  
$$tx \text{ participação} = \left( \frac{PEA}{PIA} \right) \times 100.$$

<sup>6</sup> A razão entre a população ocupada (PO) e a PEA, cuja fórmula é *nível de ocupação* =  $\left( \frac{PO}{PEA} \right) \times 100.$

<sup>7</sup> Estabelece a relação entre a população desocupada (PD) e a PEA, cuja fórmula é  
$$tx \text{ desemprego} = \left( \frac{PD}{PEA} \right) \times 100.$$



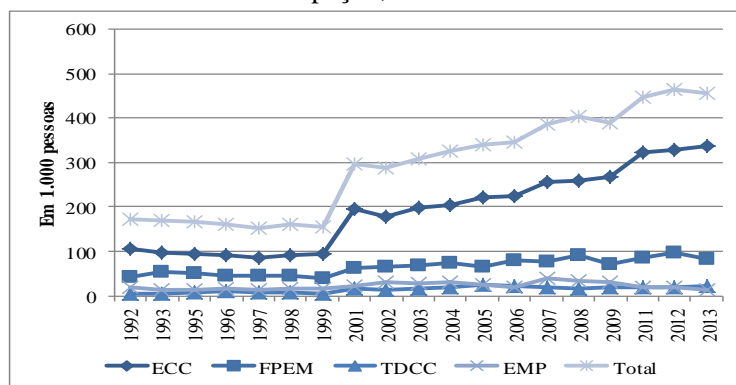
**Gráfico 01** – Evolução dos Indicadores do Mercado de Trabalho na RMB, 1992-2013.



Fonte: PNAD-IBGE, 1992-2013. Elaboração dos autores.

Os Gráficos 02, 03, 04, 05, 06 e 07 mostram o comportamento do trabalho formal e informal na RMB. Em 1992, a região metropolitana tinha 172 mil trabalhadores formais, entre empregados com carteira de trabalho assinada (ECC), funcionários públicos estatutários e militares (FP EM), trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada (TDCC) e empregadores (EMP), passando para 228 mil, em 2002, e 455 mil, em 2013. O Gráfico 02 revela que, ao longo das décadas de 1990 e 2000, as ocupações tipicamente formais na RMB foram incrementados, sobretudo, devido ao crescimento dos ECC no período.

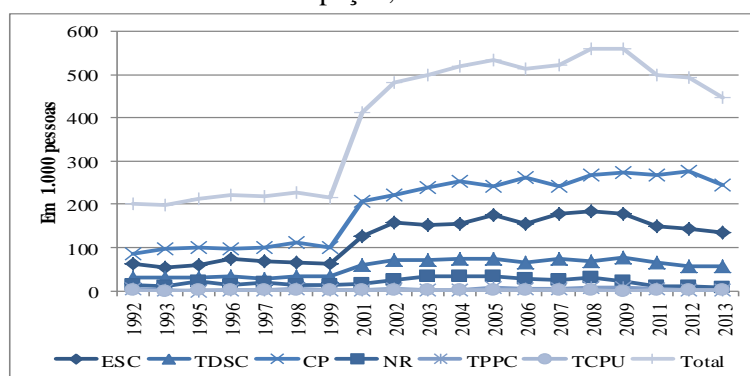
**Gráfico 02** – Evolução do Trabalho Formal na RMB por Categoria de Ocupação, 1992-2013.



Fonte: PNAD-IBGE, 1992-2013. Elaboração dos autores.

O Gráfico 03, por sua vez, apresenta o outro extremo. Em 1992, o mercado de trabalho da RMB comportava 201 mil pessoas, entre empregados sem carteira de trabalho assinada (ESC), trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (TDSC), conta-própria (CP), não remunerados (NR), trabalhadores na produção para o próprio consumo (TPPC) e trabalhadores na construção para o próprio uso (TCPU), subindo para 483 mil trabalhadores informais, em 2002, e 446 mil, em 2013. O Gráfico 03 revela que, para o período analisado, as ocupações tipicamente informais na RMB tiveram um significativo aumento a partir da influência, em primeiro lugar, do comportamento dos trabalhadores CP e, em segundo lugar, dos ESC, enquanto as demais categorias tem tido pouca representatividade.

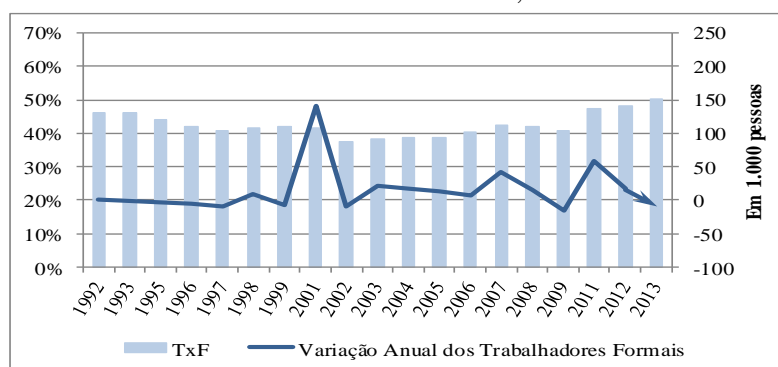
**Gráfico 03** – Evolução do Trabalho Formal na RMB por Categoria de Ocupação, 1992-2013.



Fonte: PNAD-IBGE, 1992-2013. Elaboração dos autores.

A comparação entre os Gráficos 02 e 03 revela que grande parcela da mão de obra ocupada na região metropolitana tem se concentrado em ocupações de caráter tipicamente informal. Não obstante, com o início dos anos 2000 ocorre um processo de reversão lento na trajetória de informalidade, sem, no entanto, causar mudanças significativas em sua estrutura produtiva em geral. Conforme o Gráfico 04, que apresenta a proporção de trabalhadores formais que atuam no mercado de trabalho na RMB e a variação do total destes trabalhadores ano a ano, a taxa de formalidade, que vinha caindo desde 1992, se recupera a partir de 2002. No período analisado, a taxa de formalidade oscilou entre 37,3% (2002) e 50,4% (2013), sendo 2002 o ano de inflexão na trajetória de queda que se verifica durante a década de 1990 até o início do século XXI. Contudo, embora 2013 apresente o percentual máximo da presença de relações de trabalho formais na região metropolitana, os dados sobre variação anual mostram que houve uma queda no crescimento das ocupações formais nos dois últimos anos da série.

**Gráfico 04** – Taxa de Formalidade<sup>8</sup> e Variação Anual do Total de Trabalhadores Formais na RMB, 1992-2013.



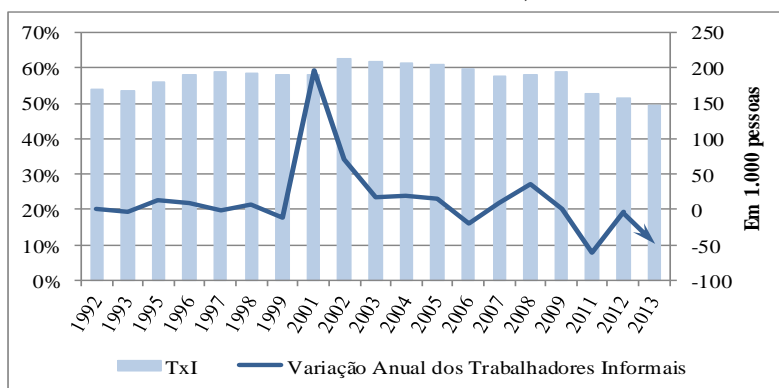
Fonte: PNAD-IBGE, 1992-2013. Elaboração dos autores.

O Gráfico 05, por sua vez, nos permite observar o outro lado da mesma realidade. O olhar atento a este gráfico torna patente a noção já difundida de que a economia da RMB é marcada pela predominância de relações de trabalho informais. Ao longo do intervalo estudado, o percentual do grupo de homens e mulheres que trabalham sem carteira assinada, por vezes autonomamente e, em outros casos, sem

<sup>8</sup> É a relação entre o total de trabalhadores que pertencem ao núcleo formal, ou seja, empregados com carteira de trabalho assinada (ECC), funcionários públicos estatutários e militares (FPPEM), trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada (TDCC) e empregadores (EMP), e o total de ocupados.

receber qualquer remuneração, sempre esteve acima dos 50%, à exceção do último ano da série histórica sob análise. Em coerência com os dados apresentados no gráfico anterior, os anos de 2011, 2012 e 2013 mostram que o mercado de trabalho na RMB vem cedendo espaço a um processo de formalização das relações de trabalho.

**Gráfico 05** – Taxa de Informalidade<sup>9</sup> e Variação Anual do Total de Trabalhadores Informais na RMB, 1992-2013.



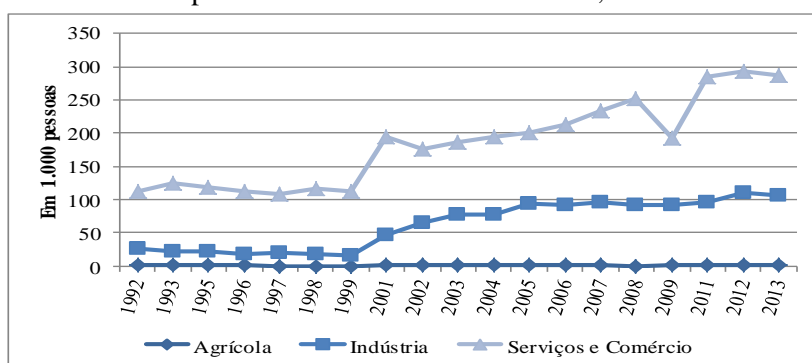
Fonte: PNAD-IBGE, 1992-2013. Elaboração dos autores.

De acordo com os dados do Gráfico 05, o pico da informalidade do trabalho na RMB foi em 2002, quando a taxa de informalidade chegou aos 62,6%. De lá para cá, as ocupações informais vem apresentando uma queda gradual, de certo modo representativa, já que no ano de 2013 a taxa de informalidade foi de 49,5%. Os dados de variação anual dos trabalhadores informais constataam que, entre 2002 e 2013, houve uma alternância entre um baixo crescimento dos postos de trabalho informais e um decréscimo dos mesmos. Para avaliarmos a possível tendência de formalidade do mercado de trabalho na RMB de 1992 a 2013, vamos observar o comportamento dos trabalhadores ECC e FPEM, como as ocupações de maior expressividade dentro do núcleo dos formais, e dos trabalhadores ESC e CP, enquanto ocupações de maior relevância e peso no núcleo dos trabalhadores informais, segundo os setores de atividade econômica. Os dois gráficos que seguem reúnem estas informações.

No Gráfico 06, o crescimento da formalidade está atrelado à absorção de grande parte dos empregados com carteira, estatutários e militares pelos setores de comércio e serviços, que desde 2002 apresenta crescimento, apenas interrompido em 2009, mas que se recupera novamente em 2011. O setor industrial vem na sequência devido ao aumento na contratação de empregados com carteira assinada. Portanto, os dados manifestam a aptidão da economia metropolitana para as atividades terciárias, sendo o setor de serviços o carro chefe na geração de postos de trabalho formais ao longo da série.

<sup>9</sup> É a relação entre o total de trabalhadores que pertencem ao núcleo informal, ou seja, empregados sem carteira de trabalho assinada (ESC), trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (TDSC), conta-própria (CP), não remunerados (NR), trabalhadores na produção para o próprio consumo (TPPC) e trabalhadores na construção para o próprio uso (TCPU), e o total de ocupados.

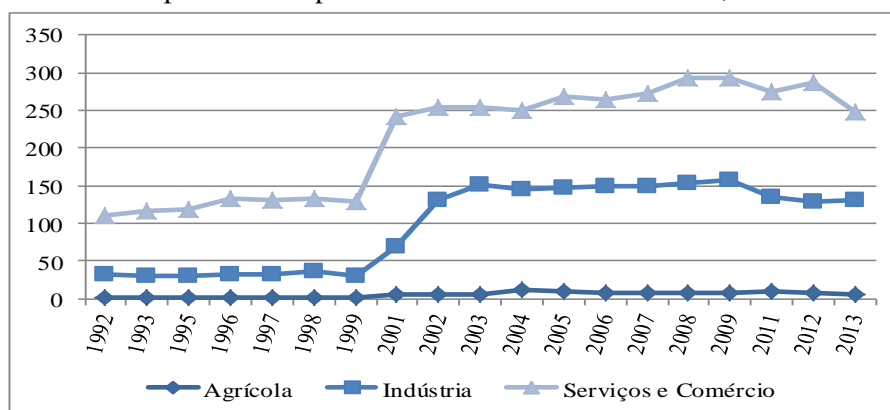
**Gráfico 06** – Total de Empregados com Carteira Assinada, Estatutários e Militares na RMB por Setor de Atividade Econômica, 1992-2013.



Fonte: PNAD-IBGE, 1992-2013. Elaboração dos autores.

Os dados do Gráfico 07 mostram claramente que a redução na criação de postos de trabalho informais se deve tanto ao setor de serviços e comércio, quanto ao setor industrial. Entre 1999 e 2003, a indústria vinha elevando a absorção de mão de obra com base em relações de trabalho informais, mas, entre 2003 e 2009, o total de trabalhadores informais concentrados neste setor sofre pouca variação. O setor terciário apresenta um comportamento um pouco distinto, uma vez que, entre 1999 e 2001, aumenta sua demanda por trabalho informal, seguida por uma queda, entre 2009 e 2013.

**Gráfico 07** – Empregados sem Carteira de Trabalho Assinada e Trabalhadores por Conta-Própria na RMB por Setor de Atividade Econômica, 1992-2013.



Fonte: PNAD-IBGE, 1992-2013. Elaboração dos autores.

Os dados até aqui analisados não deixam dúvidas do papel central do setor de serviços e do comércio na expansão e contração do trabalho assalariado sem vínculo formal. A participação da indústria nesse processo desperta certo interesse, dado ser ela, tradicionalmente, o setor com maior nível de formalização dos postos de trabalho. Não obstante, se considerarmos o processo de reestruturação produtiva anteriormente comentado, não fica difícil entender a participação da indústria no incremento da informalidade, dado que a acumulação de capital desde a crise dos anos de 1970 segue pautada numa lógica que flexibilização. Seguindo este raciocínio, o mercado de trabalho na RMB segue como a expressão de uma economia periférica, que concentra relações de trabalho tipicamente informais, apesar de uma certa desaceleração da taxa de informalidade, sobretudo, estimuladas pelo setor terciário.

Uma das possíveis explicações para o fenômeno então observado estaria na centralidade e no papel de centro relacional da RMB com os municípios do interior do

estado e das regiões ribeirinhas do seu entorno. Mesmo com a diminuição de sua participação relativa no PIB estadual, a RMB ainda concentra, segundo este ponto de vista, um nível bastante significativo de empreendimentos e atividades de comércio e serviços, o que a caracteriza como uma metrópole tipicamente relacional, no sentido dado por Santos (1993). Mesmo com a perda de grande parte de seu papel produtivo e como foco de centralidade de um fluxo de comércio das cidades do interior do estado com o mercado nacional e internacional de produtos, Belém mantém, nas últimas décadas, um papel estratégico como nó central de uma rede complexa de serviços de maior complexidade e de maior importância para a economia do estado do Pará, assim como para toda a Amazônia Oriental e as cidades ribeirinhas do seu entorno.

Neste contexto, o crescimento da RMB tem se dado ao mesmo tempo por um movimento de mudança de seu perfil estrutural e produtivo no sentido de um aumento do papel das atividades de comércio e, principalmente, serviços, ligados ao sentido da cidade como centro relacional da região. Assim como por sua natureza e expansão territorial que nas últimas décadas tem estimulado o pequeno parque industrial remanescente do centro da cidade de Belém a se localizar nas franjas ou nos municípios vizinhos e do entorno da região metropolitana. O termo metrópole desconcentrada, portanto, é utilizada por Trindade Jr. (1998) aqui exatamente no sentido de expressar este movimento de expansão metropolitana, que tem se espalhado em várias direções, acompanhando o movimento de migração e instalação de novos empreendimentos (industrial ou de serviços) para as cercanias da cidade de Belém (Ananindeua, Barcarena e Castanhal). O que acabaria por constituir, também, um novo papel para a RMB como um centro metropolitano expandido.

Um papel que, ao se conjugar com o recente movimento de expansão das atividades de serviços (demonstrado anteriormente), acaba por transformar a RMB em um centro urbano e logístico importante para o desenvolvimento e sedimentação do capitalismo industrial e financeiro nacional, no sentido de sua expansão consolidada para a Amazônia Oriental.

Um movimento que vem reforçar (como nova dinâmica econômica local baseada no setor de serviços integrados ao mercado nacional) o seu papel histórico como nó dendrítico e centro articulador de uma rede de pequenas cidades ribeirinhas de base de economia local agroextrativista. Realidade que, apesar da reestruturação em curso, ainda se manifesta de maneira significativa tendo em vista a manutenção dos fortes elos de comércio e serviços com seu entorno. Perspectiva que se fortalece apesar das mudanças profundas que vem ocorrendo em grande parte da região metropolitana, no sentido de sua mais recente articulação com o meio técnico-científico-informacional ligado ao sistema produtivo nacional e internacional de bens e produtos industriais. Dinâmica que, apesar das mudanças, tem fortalecido o crescimento da renda total e do mercado consumidor local para produtos agroextrativos, os quais são produzidos em grande parte exatamente nas áreas ribeirinhas. O que tem fortalecido a perspectiva de formação de uma economia local fortemente articulada e impulsionada pelo crescimento da RMB, reforçando seu elo com as regiões ribeirinhas.

## **5. A Dinâmica do Mercado dos Batedores Artesanais de Açaí**

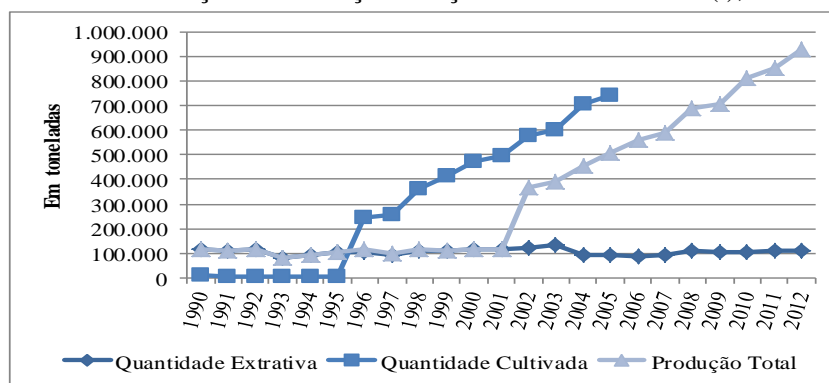
O consumo de açaí está enraizado nos hábitos alimentares dos paraenses, daí decorre que o processamento dos frutos, no qual o açaí é o carro chefe, é dominado por estruturas produtivas voltadas, notadamente, para a demanda regional, baseadas em trabalho familiar, especialmente difusas, com pequena escala de produção e que processam matéria-prima nativa que tem como origem o extrativismo. Por outro lado,

há experiências pontuais de industrialização das frutas por estruturas produtivas compatíveis com a produção em grande escala, que atende a uma ampla demanda (mercado nacional e, inclusive, externo), ancoradas em produtos regionais e exóticos, de base agrícola ou extrativa, demonstrando uma capacidade produtiva crescente (COSTA et. al. 2011, 2013).

Até anos recentes, a polpa de açaí era destinada quase que exclusivamente ao consumo local, caracterizando a base da dieta alimentar da população de baixa renda no Pará. Mas, em virtude do surgimento de uma nova demanda vinda de outros Estados e, posteriormente, do mercado internacional, o consumo de açaí sofreu aumento significativo, levando as agroindústrias a produzirem polpa congelada e/ou pasteurizada do fruto, exportando para estes novos mercados consumidores. Esta ampliação da demanda de açaí frente a uma oferta fixa por estoque de açazais nativos acarretou um aumento substancial de preços que percorre toda a cadeia produtiva do açaí (SANTANA; GOMES, 2005).

Puxada pela expansão da demanda efetiva (regional, nacional e internacional) do produto, a oferta de açaí teve avanços bastante consideráveis. De acordo com dados do IBGE, em vinte e dois anos, a produção paraense do fruto apresentou o extraordinário crescimento de 719,28%, saindo de 113 mil toneladas, em 1990, para 928 mil toneladas, em 2012, o equivalente ao crescimento médio de 9,58% ao ano (ver Gráfico 08). Em função disso, muitos outros produtos à base de açaí surgiram no mercado, desencadeando um processo de reestruturação da agroindústria de frutas no Estado do Pará. Isso se deu mediante a ampliação da escala de produção média e alteração da planta das fábricas das agroindústrias visando à diversificação da linha de produção, o que resultou na oferta de um mix de polpa de frutas regionais com outras frutas tropicais e frutas exóticas (COSTA et. al. 2011, 2013).

**Gráfico 08** – Evolução da Produção de açaí no Estado do Pará (t), 1990-2012.



Fonte: LSPA; PEVS/IBGE, 1990-2012. Elaboração dos autores.

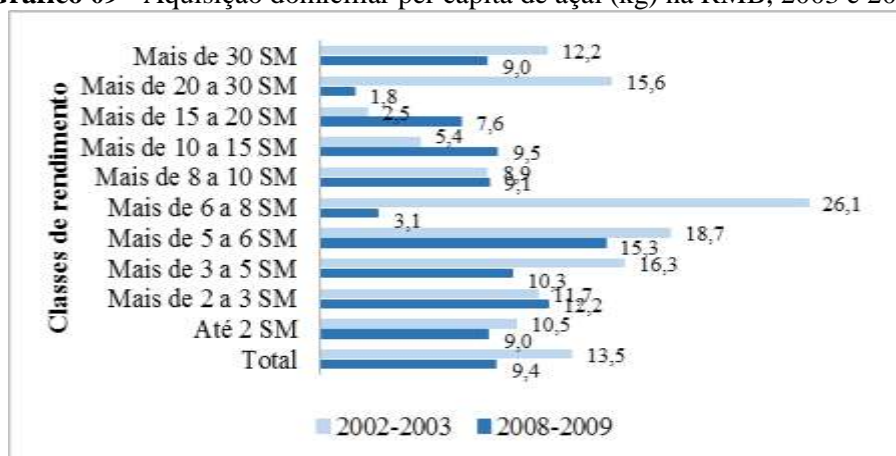
Nota: Os dados sobre produção de açaí cultivado no Pará só estão disponíveis a partir de 1996.

De acordo com os dados estimados da quantidade de açaí (emulsão) adquirida nos domicílios da RMB segundo classes de rendimento (POF, 2002-2003 e 2008-2009), embora tenha havido uma queda geral na aquisição domiciliar de açaí na comparação entre os anos de 2003 e 2009, evento que está, possivelmente, vinculado aos acontecimentos que abalaram a economia mundial na transição de 2008 para 2009, o decréscimo no consumo não é tão acentuado na classe de rendimento de até 6 salários mínimos (SM), à exceção das famílias que recebiam de 2 a 3 SM, cuja aquisição aumentou de 11,7 kg para 12,2 kg no período.

O Gráfico 09 mostra, inclusive, que apesar da nítida inversão na aquisição domiciliar das classes de rendimento acima de 6 a 8 SM e acima de 20 a 30 SM e da

ligeira redução na aquisição de açaí pelas de famílias com rendimento acima de 30 SM, aqueles que receberam mais de 8 até 20 SM conseguiram ampliar seu consumo domiciliar de açaí em 2009.

**Gráfico 09** - Aquisição domiciliar per capita de açaí (kg) na RMB, 2003 e 2009.



Fonte: POF/IBGE, 2003 e 2009. Elaboração dos autores.

Nota: Em 2003, o salário mínimo correspondia a R\$ 200,00, e, em 2009, a R\$ 415,00.

Analisando os dados somente de 2008-2009, nota-se que as pessoas que se encontram na faixa salarial de 2 a 6 SM estão entre as que mais consomem açaí na região metropolitana (ver Gráfico 09). Por sua vez, os que se encontram na classe de rendimento entre 8 a 15 SM aparecem em segundo na escala de maior aquisição da polpa, e os que recebem até 2 SM constituem o terceiro grupo de pessoas que mais consomem a polpa de açaí.

Isto significa que aquela regra básica de que a população detentora de menor poder aquisitivo, que ganha até um salário mínimo, é a que mais consome a polpa de açaí, sendo assim um produto que compõe sua nutrição diária, tem sofrido uma inversão em anos recentes. Não obstante, sob nenhuma hipótese, a elitização do açaí leva a uma total mudança na ordem até então estabelecida, mas somente traz novas implicações, revelando uma incorporação cada vez maior do açaí na alimentação de uma população que apresenta maior poder aquisitivo (a classe média).

Desse modo, as camadas sociais com melhores rendimentos passaram a demandar o açaí, em especial, esportistas e frequentadores de academia no Brasil. Neste sentido, para os consumidores de baixa renda, o açaí vem se transformando num bem superior ou de luxo, enquanto que, para os consumidores de renda média e alta, ele tem alcançado a categoria de bem normal. O fato é que, independente da classe de rendimento, os paraenses continuam sendo, por excelência, apreciadores da polpa de açaí.

Este fenômeno implica, inclusive, numa padronização na oferta de polpa de açaí, que, mesmo em instância artesanal e sendo ofertada em moldes tradicionais, tem sido impactada pela ampliação e diversificação de sua demanda e pelas inovações de caráter tecnológico e organizacional adotadas pela indústria de processamento de frutas no Estado do Pará, sem esquecer dos problemas sanitários que vem afetando o seu consumo.

Neste sentido, as relações de trabalho que estão por trás desta produção artesanal e venda de polpa de açaí, significativamente dispersa na RMB e em grande número toma novas conformações a partir das recentes mudanças introduzidas no mercado do açaí, que passa a comportar atividades industriais, logo, tipicamente capitalistas que se



colocam em oposição a esta tradição de batedores de açaí. Isso só reforça a noção de que as economias formal e informal tratadas, a priori, de forma isolada, na realidade, estão em constante interação e uma se expande ou retrai conforme a ampliação ou contração da outra.

### **5.1 Caracterização e Perfil Socioeconômico dos Produtores Artesanais de Açaí na RMB**

Uma ampla rede de batedores abastece a demanda por açaí na RMB. Os estabelecimentos, na maioria das vezes são pequenos e com mão de obra predominantemente informal. Em geral, sem firma reconhecida pela junta comercial. Consideramos os dados divulgados pela Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) de que o açaí é comercializado em Belém em mais de 3.000 pontos de venda. Com base na pesquisa de campo realizada por nós, 186 desses batedores, que atuam na RMB, têm o seguinte perfil.

Quanto à participação percentual da faixa etária dos batedores entrevistados da RMB, apenas 1,08% tem menos de 21 anos, 13,44% está entre 21 e 30 anos, 22,58% está entre 31 e 40 anos, 31,72% na faixa de 41 a 50 anos, 19,35% estão na faixa de 51 a 60 anos e 11,83% têm mais de 60 anos. A maior parcela dos entrevistados está na faixa etária produtiva da zona urbana que é de 18 a 60 anos. No entanto a concentração maior se dá na faixa etária de 31 a 60 anos, que juntos compõe 73,65% da amostra, evidenciando a baixa participação de jovens de até 30 anos de idade na atividade. Aproximadamente 39% são mulheres e 61% são homens e a idade média é de 43 e 46 anos, respectivamente. A média de membros da família é de 4,22.

Procurando a identificação da possível relação entre a informalidade estrutural e os aspectos histórico-estruturais da formação socioeconômica da região metropolitana, a Tabela 01 mostra dados sobre a origem dos batedores entrevistados. A partir dela, observa-se que, dos 186 entrevistados, 58,06% tem origem na própria região metropolitana. No entanto, é necessário destacar que aproximadamente 32,80% se distribuem pelas regiões do Nordeste Paraense e do Marajó. Em pesquisa sobre as formas de reprodução econômica e organização social da população marginalizada na periferia urbana de Belém, Mitschein (1989) destacou a relevância das microrregiões do Baixo Tocantins e Bragantina enquanto origens dos maiores fluxos migratórios interioranos para Belém da população marginalizada na periferia de Belém na década de 1980.

**Tabela 01** - Percentual da Mesorregião de origem segundo batedores entrevistados da RMB – 2013.

Mesorregião de origem	Entrevistador (%)
Metropolitana de Belém	58,06
Nordeste Paraense	21,51
Marajó	11,29
Outros	6,99
Sudeste Paraense	1,08
NÃO RESPONDERAM	1,08

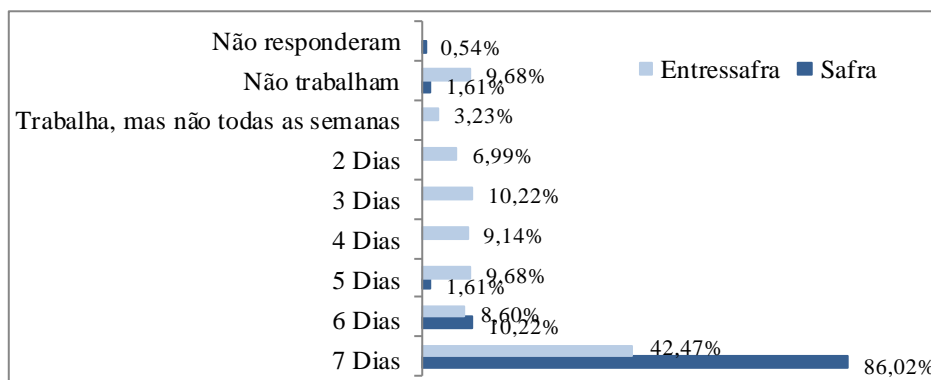
Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

O Gráfico 10, por sua vez, mostra que, em período de safra, 86,02% dos entrevistados trabalham todos os dias da semana, enquanto que 10,22%, 6 dias, e 1,61% durante 5 dias da semana. Já no período de entressafra, os que trabalhavam todos os dias caem para 42,47%. Os percentuais de 10,22%, 9,68%, 9,14%, 8,60% e 6,99% representam, respectivamente, aqueles que efetuam 3, 5, 4, 6 e 2 dias trabalhados e



9,68% os que não trabalham. Aqueles batedores que trabalham, mas não necessariamente todas as semanas representam 3,23% dos entrevistados.

**Gráfico 10** - Distribuição Percentual dos dias trabalhados por semana no período da Safra e Entre safra - 2013



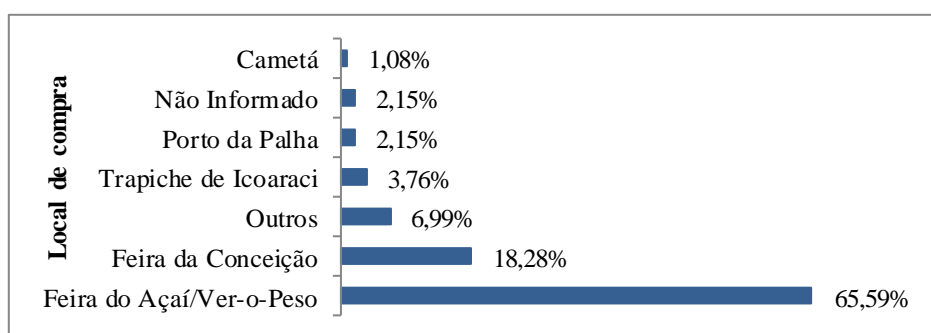
Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

Ao serem questionados quanto à duração da safra do fruto, a maioria dos entrevistados (58,06%) informou que a mesma dura cerca de cinco meses, sendo que, para 68,82% dos entrevistados, o ciclo produtivo do açaí se inicia no mês de agosto e, para 77,96%, é encerrado no mês de dezembro. Na entressafra, a maioria dos entrevistados (51,61%) respondeu que o período de redução da oferta do fruto compreende cerca de sete meses. Da amostra, 72,58% disse que janeiro é o mês de início da entressafra e 60,75% qualificam o mês de julho como o fim da entressafra.

Os Gráficos 11 e 13 apresentam dados em relação à primeira opção de local de compra do insumo para a produção. Os gráficos 12 e 14, por sua vez, trazem as segundas opções a partir das primeiras opções de escolha. No Gráfico 11, fica evidente que a Feira do Açaí/Ver-o-Peso tem maior peso na escolha dos batedores e, em segundo lugar, a Feira da Conceição. No Gráfico 12, observa-se que dos 65,59% dos entrevistados que têm como primeira opção de escolha a Feira do Açaí, 79,51% tem esta feira como única opção em período de safra, enquanto 14,75% escolhem a Feira da Conceição como segunda opção.

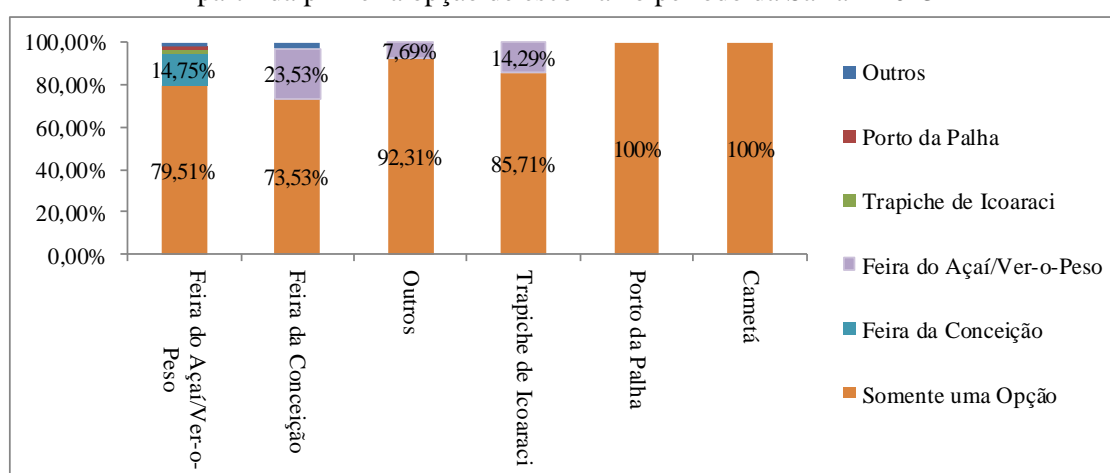
Aproximadamente 18,28% dos entrevistados escolhem a Feira da Conceição como a primeira opção (ver Gráfico 11); destes, 73,53% não escolhem outro local para a compra e 23,53% têm como segunda opção a Feira do Açaí. Os resultados apontam que no período de safra o principal local de aquisição do insumo açaí é a Feira do Açaí, e, em seguida, a Feira da Conceição, sendo que as duas opções em conjunto representam aproximadamente 83,87% dos entrevistados. Evidencia-se, neste ponto, considerável significância destas duas feiras para o abastecimento do açaí na RMB.

**Gráfico 11** - Distribuição Percentual da escolha do local de compra na safra segundo batedores entrevistados da RMB – 2013



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

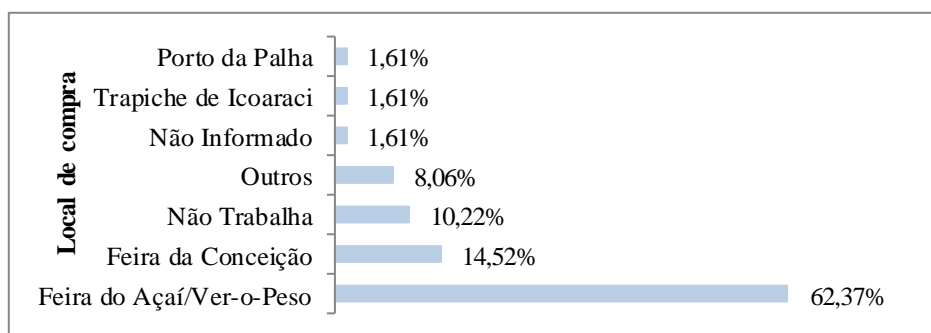
**Gráfico 12** - Distribuição Percentual das segundas opções de escolha do local de compra a partir da primeira opção de escolha no período da Safra – 2013



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

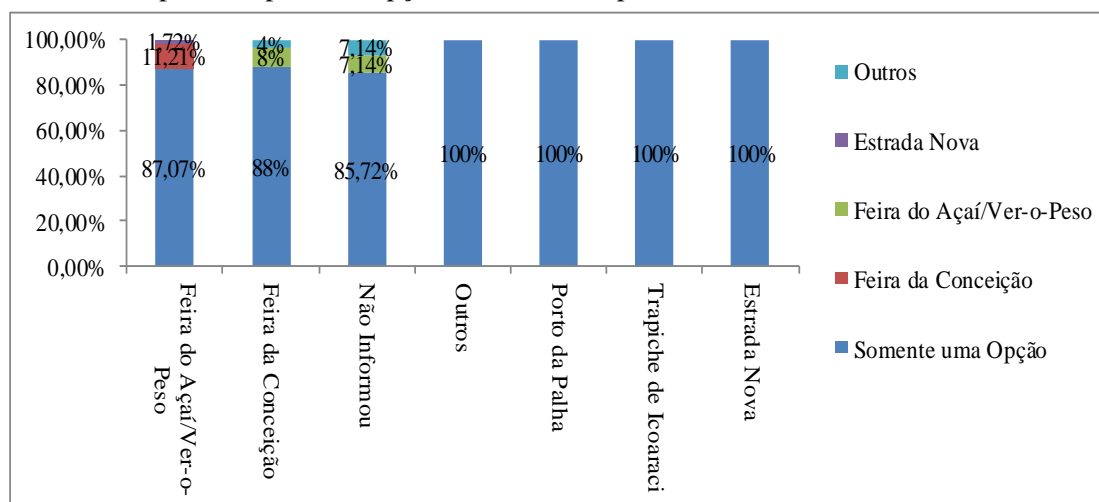
Os gráficos 13 e 14 referem-se ao período de entressafra. Os resultados apresentados no Gráfico 13 apontam novamente a Feira do Açaí como principal local de obtenção do fruto (62,37%). No entanto, quanto aos batedores que optam somente por esta feira no período de entressafra, houve um aumento de 79,51% para 87,07% em comparação ao período de safra. Ainda em relação aos que têm a Feira do Açaí como primeira opção, 11,21% destes escolhem a Feira da Conceição como segunda. Aproximadamente 14,52% dos entrevistados têm como primeira escolha a Feira da Conceição, dos quais 88% optam somente por esta escolha, 8% escolhem a Feira do Açaí como segunda opção e 4% apontam outros locais de compra. Juntas, as duas feiras representam 76,89% da primeira opção dos batedores nesse período.

**Gráfico 13** - Distribuição Percentual da escolha do local de compra na entressafra segundo batedores entrevistados da RMB, 2013.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

**Gráfico 14** - Distribuição Percentual das segundas opções de escolha do local de compra a partir da primeira opção de escolha no período da Entressafra – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

Quanto ao destino dos resíduos, aproximadamente 81,01% dos batedores entrevistados dizem que os resíduos de seus pontos de venda são recolhidos pela prefeitura. Em geral, é cobrado R\$1,00 pela saca recolhida. Apenas 8,65% destinam-se a reciclagem terceirizada, 7,57% para outros destinos e 2,7% para adubo. Estes resultados evidenciam o mau tratamento do destino dos resíduos do caroço do açaí. Para a empresa VAR do Brasil Ambiental Ltda (VBA) este é um nicho a ser explorado.

A Tabela 02 traz dados sobre a média de preço do açaí médio no período da safra e entressafra, a produção total anual em cada bairro, sua representação percentual e produção anual média das unidades produtoras. Os quinze bairros apresentados na tabela representam juntos cerca de 80% da demanda por açaí in natura total anual da amostra. A média de preço praticada na safra e entressafra para representar todos estes principais bairros são de 7,28 e 14,38, respectivamente.

**Tabela 02** - Distribuição da média de preços na Safra e Entressafra da Produção anual (t) e Percentual da Oferta dos batedores entrevistados da RMB com relação aos principais bairros em termos de demanda por açaí in natura - 2013

Bairro	Média de Preço do Açaí Médio (Litro) na Safra	Média de Preço do Açaí Médio (Litro) na Entressafra	Produção Anual (t)	Produção Anual (t) (%)	Produção anual média das unidades produtoras (t)
Sacramenta	7,20	13,22	2425,2464	21,43%	242,52
Umarizal	9,75	16,75	887,784	7,85%	110,97
Guamá	5,93	11,38	794,6888	7,02%	56,76
Jurunas	8,00	15,25	576,1508	5,09%	36,01
Pedreira	8,50	14,85	534,3176	4,72%	38,17
Coqueiro	6,64	14,40	494,3304	4,37%	44,94
Canudos	8,33	15,14	475,1888	4,20%	118,80
São Brás	8,00	19,67	474,3084	4,19%	52,70
Marambaia	9,09	15,11	466,4984	4,12%	42,41
Marco	6,64	14,33	363,9744	3,22%	60,66
Cremação	7,33	13,67	361,2622	3,19%	32,84
Tapanã	7,80	15,40	349,0928	3,09%	69,82
Terra Firme (Montese)	5,29	9,00	284,5964	2,52%	35,57
Jaderlândia	4,00	15,00	243,388	2,15%	243,39
Parque Verde	6,50	13,00	241,2296	2,13%	60,31
Outros bairros da amostra	7,39	14,06	2.310,084	0,71%	47,13
<b>Total Geral</b>	<b>7,49</b>	<b>14,17</b>	<b>11.155,774</b>	<b>100,00%</b>	<b>60,83</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

As Tabelas 03 e 04, apresentadas a seguir, trazem dados sobre a mão de obra empregada e a produtividade média nos pontos de propução e venda artesanal da polpa de açaí nos períodos de safra e entressafra, segundo os entrevistados. De acordo com os resultados da pesquisa, em período de safra, 41,94% dos entrevistados contratam ao menos parte da mão de obra empregada na produção do vinho do açaí, ao passo que 57,53% não fazem nenhum tipo de contratação, utilizando apenas mão de obra familiar, e 0,54% não responderam.

No período da entressafra do fruto 9,68% dos entrevistados optam por não produzir, e dos que continuam a produzir (90,32%), 35,71% fazem algum tipo de contratação e 64,29% usam mão de obra exclusivamente familiar na produção. No período de safra, aproximadamente 40% dos entrevistados adquirem mão de obra contratada para a produção e 60% empregam mão de obra exclusivamente familiar. Na safra, a média de trabalhadores é de 2,71 e na entressafra 2,40.

Estes dados tornam mais contundente a noção já apresentada aqui algumas vezes de que a economia do açaí, cuja tradição se desenvolve inicialmente no interior do Pará atrelado à produção agroextrativista e que, na área urbana, toma novas características, é predominantemente caracterizada pela organização do trabalho de base familiar e que tem certa resistência em incorporar dentro de sua lógica relações de trabalho tipicamente capitalistas. Nesse sentido, dado o peso da informalidade na constituição dos vínculos empregatícios dentro da economia do açaí, insistimos na sua influência sobre o mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belém.

Quanto à produtividade dos pontos de venda dos batedores de açaí da RMB, as Tabelas 03 e 04 mostram a representação percentual dos entrevistados e a média das PMeL dentro da classificação da composição da mão de obra das unidades de produção. A tabela 03, que se refere ao período da safra, revela que os pontos de venda que

possuem 100% da mão de obra contratada tem maior produtividade média e que essa produtividade chega a ser mais de 4 vezes maior que a segunda categoria de classificação para produtividade que é de 13,82 toneladas.

**Tabela 03** - Composição da mão de obra e média da produtividade média das unidades de produção no período de safra– 2013

Composição da mão de obra	Entrevistados (%)	Média da PMeL das Unidades de Produção na Safra (t)
Totalmente contratada	2,15%	56,38
50% familiar /50% contratada	20,43%	13,82
Totalmente familiar	57,53%	12,85
Predominantemente contratada	9,68%	11,28
Predominantemente familiar	9,68%	9,86
Não responderam	0,54%	-
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>	<b>20,84</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

A tabela 04 se refere ao período da entressafra e exhibe que a classe que tem maior produtividade média também é a que possui 100% da mão de obra contratada, neste período a produtividade chega a ser mais que o dobro da segunda categoria de classificação para produtividade que é de 12,03. As unidades de produção que possuem mão de obra totalmente contratada tem média de PMeL superior tanto na safra quanto na entressafra. A análise das tabelas permite concluir que o percentual de composição da mão de obra contratada e a produtividade da unidade de produção são diretamente proporcionais.

**Tabela 4** - Composição da mão de obra e média da produtividade média das unidades de produção no período de entressafra– 2013.

Composição da mão de obra	Entrevistados (%)	Média da PMeL das Unidades de Produção na Entressafra (t)
Totalmente contrata	3,23%	28,30
Predominantemente contratada	5,91%	12,03
Predominantemente familiar	10,22%	8,28
Totalmente familiar	58,06%	7,40
50% familiar /50% contratada	12,90%	7,11
Não responderam	9,68%	-
<b>Total geral</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,62</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Elaboração dos autores.

A partir dos dados da pesquisa de campo de 2013, concluímos que cada ponto de venda produz o vinho de açaí a partir de, em média, 60,83 toneladas do fruto açaí por ano. Consideramos aqui os dados divulgados pela SESPA de que o açaí é comercializado em Belém em mais de 3.000 pontos de venda. Supondo que a amostra possui distribuição normal sendo representativa do universo, obtém-se facilmente uma estimativa de produção do açaí pelo arranjo dos batedores artesanais de açaí de aproximadamente 182.490 toneladas. Desta forma, a demanda estimada por açaí in natura para abastecer o mercado dos batedores de açaí representa, aproximadamente, 20% de toda a produção do ano de 2012 (a produção total de açaí para o ano de 2012 foi de 928.183 toneladas).

## Considerações Finais

Antes da década de 1960, a Amazônia era caracterizada pela formação de uma rede urbana dendrítica, na qual Belém exercia o papel de cidade primaz, de cidade exportadora que, articulada dendriticamente (pelos rios) aos pequenos núcleos localizados no interior do Pará, garantia uma posição estratégica da participação da região na divisão territorial e internacional do trabalho. Contudo, com os anos de 1960 tem início um período de intensa transformação da rede urbana tradicional na Amazônia, cujo impulso vem da geopolítica do governo militar brasileiro. Desde então, a urbe amazônida passa a ser reconfigurada, marcada pela expansão dos antigos núcleos regionais e pela eclosão de novas cidades e povoados ao longo dos emergentes eixos de circulação.

Ao longo de sua formação histórica, os núcleos populacionais da Amazônia não foram capazes de introduzir uma divisão social do trabalho que ensejasse um dinamismo eficaz para a superação da condição de subdesenvolvimento. As relações produtivas existentes na região, voltadas para a demanda externa de produtos como as drogas do sertão e a borracha, exigiram a utilização de mão de obra indígena escravizada e o sistema de aviação, impossibilitando a distribuição de uma renda monetária sob a forma de salários. Os investimentos de capital na Amazônia durante o governo militar exigiram que o Estado brasileiro passasse a induzir a imigração de trabalhadores oriundos de outras regiões para a Amazônia, cujo desdobramento foi uma profunda reorganização do mercado de trabalho local.

No período posterior a década de 1960, a Região Metropolitana de Belém passa por um profundo processo de reestruturação do seu papel na estrutura da rede de cidades na Amazônia, perdendo supostamente sua centralidade na medida em que novos núcleos urbanos em franca expansão, tais como Palmas e Marabá, Itaituba e Santarém, passariam a funcionar como centros urbanos emergentes e elos nucleadores e formadores de novos subsistemas de cidades na constituição de uma rede de cidades cada vez mais complexa na região. De acordo com interpretação, Belém segue funcionando como centro urbano importante, mas numa escala e relevância regional considerada de alcance significativamente menor.

De uma cidade que centralizava todas as ações de articulação do mundo exterior com a rede de cidades do interior da Amazônia, Belém se transforma, no final do século XX, em mais um polo regional estratégico, em um “centro regional” entre outros, exportador de commodities, fornecedor de serviços e receptor de grandes contingentes populacionais que seriam relativamente mal absorvidos pela estrutura de empregos urbanos da “cidade”. Belém passa a sofrer, ao longo da segunda metade do século XX, com a expansão da fronteira agropecuária, assim como com o processo de integração da Amazônia ao restante do território nacional. Um movimento que acaba por estimular a integração da região por meio do desenvolvimento e construção dos chamados eixos de integração nacional (Belém-Brasília, Transamazônica, etc.), assim como pela criação de novos centros urbanos.

Com a reestruturação urbana, a RMB passa a exercer a função de receptáculo de mão de obra que é estimulada, entre outras coisas, por um processo de expansão da fronteira agropecuária nacional que – por meio de um alto grau de concentração fundiária e modernização conservadora no campo – acaba por gerar e estimular um grande fluxo de migração do interior do Estado em direção à cidade de Belém. A forte rede de relações mercantis, fluviais e de mercado informal que sustentam as relações de comércio da cidade Belém com o interior, desde o período colonial, é transformada a partir dos anos 1970, quando uma grande quantidade de migrantes oriundos de regiões

como o Baixo Tocantins e Bragantina se dirigem à RMB em busca de melhores condições de vida, tanto de trabalho como de renda individual e condições de oferta de infraestrutura de serviços públicos.

O processo de abertura comercial e financeira, no início da década de 1990, afetou profundamente as condições econômicas das cidades brasileiras, desencadeando um desequilíbrio estrutural no mercado de trabalho brasileiro, intensificando o nível de informalidade e desemprego devido às dificuldades de adequação da mão de obra disponível às novas exigências do mercado de trabalho globalizado. A crise da indústria brasileira e as dificuldades das pequenas empresas informais em permanecer no mercado, forçaram, neste contexto, um processo de aumento do desemprego, da desigualdade de renda e da informalidade da ocupação da mão de obra nas regiões metropolitanas no país.

A experiência brasileira de abertura comercial não gerou um processo virtuoso de crescimento econômico e desenvolvimento dos mercados. O esperado choque de produtividade gerado pela abertura dos mercados na década de 1990 não foi capaz de atingir os mercados nos quais as populações mais pobres do país estavam inseridas. Desde então, o processo de reestruturação produtiva vem se revelando como um movimento capaz de empurrar os trabalhadores urbanos com dificuldade de colocação nos setores formais rumo a um modelo de flexibilização da organização produtiva e das condições de trabalho que se tornará hegemônico a partir da década de 1970 com o processo de acumulação flexível que se intensificava no período.

Nesse contexto, a informalidade se revelou como um dos principais problemas urbanos contemporâneos e, em Belém, essa situação não é diferente. O que parece específico no caso da RMB é a relação de informalidade que deriva do perfil específico e histórico da cidade como cidade primaz, compondo ainda hoje o elo central de uma rede de cidades ribeirinhas em seu entorno. Característica esta que faz da RMB um centro de grande importância como entreposto comercial, com grande apelo e tradição na oferta de produtos e serviços em grande parte oferecidos por atividades consideradas como informais.

O debate sobre o mercado de trabalho na RMB se inicia na década de 1980 fundamentado teoricamente, em grande parte, no debate estruturalista, segundo o qual os problemas do mercado de trabalho na área metropolitana de Belém eram típicos de uma região periférica com um mercado de trabalho em transformação. Uma realidade de economia urbana que apresenta um crescente grau de informalidade em atividades e negócios autônomos e com um perfil de economia muito galgada especificamente em atividades de comércio e serviços (públicos e privados), onde a base da mão de obra empregada concentrava-se em atividades terciárias e em ocupações de caráter tipicamente informal.

A observação dos dados sobre o mercado de trabalho na RMB revelam que grande parcela da mão de obra ocupada na região metropolitana tem se concentrado em ocupações de caráter tipicamente informal. Não obstante, com o início dos anos 2000 ocorre um processo de reversão lento na trajetória de informalidade, sem, no entanto, causar mudanças significativas em sua estrutura produtiva em geral. Desde 2002, as ocupações informais na RMB vem apresentando uma queda gradual, de certo modo representativa, já que no ano de 2013 a taxa de informalidade foi de 49,5%.

Os dados não deixam dúvidas do papel central do setor de serviços e do comércio na expansão e contração do trabalho assalariado sem vínculo formal. A participação da indústria nesse processo desperta certo interesse, dado ser ela, tradicionalmente, o setor com maior nível de formalização dos postos de trabalho. Não obstante, se considerarmos o processo de reestruturação produtiva anteriormente

comentado, não fica difícil entender a participação da indústria no incremento da informalidade, dado que a acumulação de capital desde a crise dos anos de 1970 segue pautada numa lógica que flexibiliza. Seguindo este raciocínio, o mercado de trabalho na RMB segue como a expressão de uma economia periférica, que concentra relações de trabalho tipicamente informais, apesar de uma certa desaceleração da taxa de informalidade, sobretudo, estimuladas pelo setor terciário.

Concluimos assim que, mesmo com a diminuição de sua participação relativa no PIB estadual, a RMB ainda concentra, segundo este ponto de vista, um nível bastante significativo de empreendimentos e atividades de comércio e serviços, o que a caracteriza como uma metrópole tipicamente relacional; que, mesmo com a perda de grande parte de seu papel produtivo e como foco de centralidade de um fluxo de comércio das cidades do interior do estado com o mercado nacional e internacional de produtos, Belém mantém, nas últimas décadas, um papel estratégico como nó central de uma rede complexa de serviços de maior complexidade e de maior importância para a economia do estado do Pará, assim como para toda a Amazônia Oriental e as cidades ribeirinhas do seu entorno.

Cabe, por fim, vincular a reestruturação do papel da RMB na formação da rede urbana de cidades na Amazônia à migração da população ribeirinha do interior do Estado para a área metropolitana de Belém. Acontece que, com a forte industrialização na área de mineração associada a uma dinâmica atividade agropecuária de grande porte, verificamos nas últimas décadas do século passado que o modo de vida das populações ribeirinhas da região como um todo foi completamente desestruturado, levando à fragilização do modo de reprodução social e econômica no campo. Tais transformações foram suficientes para dar impulso a um intenso movimento migratório das populações oriundas das regiões como Marajó, Baixo Tocantins e Bragançana em direção à RMB.

Este fluxo migratório da população ribeirinha, habituada à várzea e ao manejo do açaí, para o centro metropolitano de Belém é de importância fundamental para se entender a instalação de pequenos empreendimentos de produção artesanal de polpa de frutas e, em especial, de polpa de açaí. Essas famílias que migraram do interior do Estado para a área metropolitana de Belém vieram impulsionadas pela busca de modos de vida de maior qualidade e de formas de aquisição de uma renda capaz de atender à subsistência cotidiana e à manutenção dos seus membros. Essas famílias trouxeram consigo uma cultura própria, na qual se destaca a presença do vinho de açaí na alimentação básica desta população.

Muitos pontos de produção artesanal e venda de polpa de açaí são assinalados por relações de trabalho familiares e não assalariadas que estão profundamente enraizadas nesse processo migratório da população ribeirinha para RMB. Uma vez que o conhecimento do manuseio do fruto está arraigado no seio dessas famílias e há a urgência de se conseguir uma alternativa de reprodução socioeconômica da família, a produção artesanal em escala familiar de polpa de açaí acaba por ser revelar uma solução viável para o ganho de uma renda que venha a fomentar a sobrevivência das famílias.

Acontece que a profusão de vendedores tradicionais de açaí, em especial, nos bairros e áreas periféricas da RMB, é uma decorrência direta deste processo migratório, fruto da nova significação dada à economia regional, a partir dos anos de 1960, que empurra essa massa de trabalhadores rurais para a área urbana, transformando o contexto espacial e econômico do Estado do Pará e conduzindo esta população a condições de vulnerabilidade social e emprego da sua força de trabalho em ocupações “informais”.



De acordo com os dados apresentados nesse artigo da pesquisa de campo sobre o perfil socioeconômico dos batedores artesanais de açaí, do total de 186 batedores entrevistados, 58,06% são originários da própria RMB, enquanto 21,51% vem do Nordeste Paraense e 11,29% do Marajó. Uma vez que estes dados cobrem apenas a geração atual, ainda trabalhamos com a noção de que os pais e avós destes batedores migraram do Nordeste Paraense, do Baixo Tocantins e da Região Bragantina para a área metropolitana nas últimas décadas do século XX.

Dentre os dados aqui apresentados da pesquisa de campo, cabe a nós destacar as estatísticas sobre contratação de mão de obra. Do total de entrevistados, 57,53% dos batedores de açaí entrevistados em Belém empregam mão de obra familiar em período de safra e 58,06% no período de entressafra. Nesse sentido, seguimos com a hipótese de que a economia do açaí e seus batedores artesanais – muito expressivos na RMB, sobretudo, em Belém – desempenham papel de destaque no processo de reestruturação da metrópole de Belém, contribuindo, ainda, para a forte expressão da informalidade nesta região metropolitana.

## Referências Bibliográficas

ARBACHE, J. S. Abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil. In: LISBOA, M. e MENEZES-FILHO, N. (org). **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa e EPGE/FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. Trade liberalization and labor markets in developing countries: theory and evidence. In: LEVY, A. e FARIAS, J. R. (eds). **Economic Growth, Inequality and Migration: National and International Perspectives**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

\_\_\_\_\_. Pobreza e Mercados no Brasil. In: CEPAL. **Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**, 2003.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Geopolítica da Amazônia. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53, p. 71-86, jan./abr. 2005.

\_\_\_\_\_. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CARNEIRO, F. G. e ARBACHE, J. S. **The impacts of trade openness on employment, poverty and inequality: the case of Brazil**. UNDP, 2003.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set., 1987.

COSTA, F. de A. *et. al.* APL de Frutas no Nordeste Paraense e na Região Metropolitana de Belém (Nota Técnica). In: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. **A Evolução e Dinâmica de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de MPEs no Brasil**, jul. 2011. Disponível em: < [www.redesist.ie.ufrj.br/](http://www.redesist.ie.ufrj.br/)>. Acesso em: 18 out. 2013.

\_\_\_\_\_. A dinâmica do APL de Frutas do Nordeste Paraense e da Região Metropolitana de Belém – 2002 a 2010. In: Encontro Nacional da Associação de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), 11., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais do XI Encontro Nacional da Associação de Estudos Regionais e Urbanos**, Foz do Iguaçu: Hotel Golden Tulip Internacional Foz, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura (PEVS), de 1990 a 2012**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), de 1996 a 2012**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 04 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 2002-2003 e 2008-2009**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 26 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1992-2013**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2014.

- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IPEADATA Macroeconômico**. Disponível em:<[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 03 abr. 2014.
- MACHADO, L. O. Urbanization and Migration in Legal Amazonia: Suggestion for a Geopolitical App, IGU. In: **Brazilian Geopolitical Studies**, vol. 1, Rio de Janeiro, 1982.
- MAIA, K. **Progresso tecnológico, qualificação da mão-de-obra e desemprego**. (Tese de Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Departamento de Economia. Brasília: UNB. 2001.
- MITSCHEIN, T.; MIRANDA, H. R.; PARAENSE, M. C. **A urbanização selvagem e a proletarianização passiva na Amazônia** – o caso de Belém. Belém: CEJUP, 1989.
- MOREIRA, E. Belém e sua expressão Geográfica. Belém, Imprensa Universitária, 1966. In: **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**, v.1, Belém: CEJUP, 1989.
- MOREIRA, E. **Belém e sua expressão Geográfica**. Belém, 1966.
- PEREIRA, José Carlos M. A Urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In: CARDOSO, A. C. D. (ORG). **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: Ed. UFPA, 2006.
- RIBEIRO, M. A. A rede Urbana amazônica – da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. In: **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: Gasper/EDUSP, 2001. p. 369-389.
- RODRIGUES, E. **Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém**. Belém: NAEA, 1996.
- SANTANA, A. C.; GOMES, S. C. Mercado, Comercialização e Ciclo de Vida do Mix de Produtos do Açaí no Estado do Pará. In: CARVALHO, D. F. **Ensaio Selecionados sobre a Economia da Amazônia nos Anos 90**. Belém: UNAMA, 2005. p. 85-115.
- SANTOS, M. . A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA (SAGRI). **Programa Estadual de Qualidade do Açaí – PEQA**. Disponível em:<[www.sagri.pa.gov.br](http://www.sagri.pa.gov.br)>. Acesso em: 13 mar. 2014.
- TOMAZINI, S. T. **Emprego Informal e Trabalho por Conta Própria: um estudo da manifestação do problema de falta de emprego no Brasil**. (Dissertação de Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1995, 98 f.
- TRINDADE JR., SC. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. (Tese de Doutorado em Geografia Urbana) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1998, p. 48-149.